



IV Seminário Nacional: Serviço Social, Trabalho e Política Social – SENASS
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis – 04 a 06 de julho de 2022

MAPEANDO A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL SOBRE O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

MACIEL, Ana Lúcia Suárez¹
LAMPERT, Michael da Costa²
ALMEIDA, Eliane Moreira de³

RESUMO: O artigo socializa dados de uma pesquisa sobre o Ensino Remoto Emergencial (ERE) no Serviço Social brasileiro, objetivando refletir sobre as suas configurações e impactos no âmbito da formação. Lança mão de uma pesquisa documental realizada, a partir dos anais de cinco eventos organizados pela profissão em plena pandemia da Covid-19, cujas produções se referem a essa modalidade de ensino. Os dados obtidos revelam que a produção da área sobre o ERE foi incipiente, dado o baixo número de artigos mapeados. Acerca da concepção de ERE se verificou a abordagem crítica, fortemente orientada pelos documentos de entidades representativas, e que as suas ênfases recaem sobre: 1) estratégias e monitoramento desse ensino, 2) políticas de assistência estudantil/condições de acesso/permanência dos estudantes, 3) estágio supervisionado, 4) posição das entidades, 5) desafios da formação nessa modalidade e 6) relação do ERE com a contrarreforma da educação superior.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino remoto emergencial; Serviço Social; Produção de conhecimento.

INTRODUÇÃO

O Ensino Remoto Emergencial (ERE) emergiu no período em que a sociedade mundial enfrentou uma pandemia que repercutiu em todas as instâncias da vida, causando profundas alterações que se manifestaram em todos os seus níveis de ensino. Assim, apreender esse momento ímpar de reconfiguração dos processos educativos se torna fundamental para que possamos refletir acerca das suas configurações e impactos nos processos formativos.

Para tanto, se parte da área do Serviço Social como campo de análise, tendo como subsídio uma pesquisa que vem sendo realizada sobre o ERE que objetiva refletir sobre os

¹ Professora e pesquisadora dos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: ana.suarez@pucrs.br.

² Assistente Social, Mestre e Doutorando em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Bolsista CNPq. E-mail: michael.lampert@edu.pucrs.br.

³ Assistente Social, Mestre e Doutoranda em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: eliane.almeida@acad.pucrs.br.

principais impactos do ensino remoto na formação em Serviço Social no período 2020 a 2022. Trata-se de um estudo de caráter exploratório do tipo misto (qualitativo/quantitativo), que possui, como percurso metodológico, um conjunto de procedimentos de coleta de dados empíricos, bibliográficos e documentais junto às Unidades de Formação Acadêmicas (UFAS), os sujeitos envolvidos nesse processo, as instituições representativas da categoria profissional e os órgãos de regulação da política de educação superior.

Compreende-se o ERE como estratégia política do capital para acelerar os processos de utilização das tecnologias nos processos formativos, gerando contradições na sua utilização, seja pelo acesso desigual às mesmas, pela desconsideração das realidades distintas das pessoas e das instituições de ensino envolvidas nesses processos, bem como a falta/frágil qualificação/orientação/suporte para adoção dessa modalidade de ensino. Além disso, a incompatibilidade do seu uso na totalidade dos processos formativos vem comprometendo os projetos de formação das profissões, gerando insatisfação, desmotivação, evasão e, principalmente, perda de qualidade. Captar essa realidade em seu movimento, com as suas contradições e mediações, se torna fundamental, especialmente, no âmbito da produção do conhecimento que se encontra comprometida com a categoria profissional, no sentido de subsidiá-la com pesquisas que contribuam na apreensão e problematização dos fenômenos que incidem na formação e no trabalho profissional.

Dadas as limitações de um artigo desta natureza, optamos por apresentar às leitoras e leitores a sistematização de parte da pesquisa documental que se propõe a mapear e analisar a produção de conhecimento no âmbito do Serviço Social sobre essa modalidade de ensino, de modo a dar visibilidade às problematizações empreendidas pela categoria durante o período de 2020 a 2021, ocasião em que alguns eventos científicos foram mantidos (no formato virtual).

Assim, neste artigo apresentamos o mapeamento e as problematizações iniciais dessas produções, tendo como fontes os trabalhos que se encontram na íntegra nos anais dos seguintes eventos: Encontro Nacional de Política Social - ENPS; Seminário de Políticas Sociais no Mercosul - SEPOME; Seminário Internacional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família - SIPINF; Seminário Regional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família e Seminário Nacional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família – SERPINF/SENPIN e Jornada Internacional de Políticas Públicas - JOINPP.

A estrutura do artigo contempla esta introdução, seguida de uma seção que caracteriza as produções mapeadas, uma seção que apresenta as concepções e ênfases dadas ao ERE pelos autores/as, a conclusão e as referências que subsidiaram a elaboração do mesmo.

CARACTERIZAÇÃO DAS PRODUÇÕES SOBRE O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NO SERVIÇO SOCIAL: os anais de eventos como fonte de pesquisa

Vivemos tempos em que a pesquisa e a produção de conhecimento nas áreas humanas e sociais vêm sendo questionadas e negadas, de modo que se torna um desafio redobrado a continuidade de estudos que se debruçam sobre os fenômenos dessa natureza. Durante a pandemia da Covid-19, fomos desafiados como área de conhecimento a construir novas estratégias e mediações para que a pesquisa pudesse ser continuada, razão pela qual, na condição de pesquisadoras e pesquisadores sobre a formação em Serviço Social, nos encorajamos a tomar o ERE como objeto de estudo, considerando o caráter ímpar na sua adoção.

Cientes de que a produção de conhecimento ocupa um papel privilegiado nessa conjuntura, bem como a sua socialização em eventos realizados pela área, elegemos a revisão do estado da arte sobre o ERE, a partir de uma pesquisa documental. Na referida pesquisa, um dos procedimentos adotados foi o mapeamento dos artigos publicados nos anais de eventos brasileiros, de abrangência internacional/nacional e/ou regional, realizados pelo Serviço Social, nos anos de 2020 e 2021, que estivessem com acesso aberto na rede. No ano de 2020, foram realizados o ENPS e o V SERPINF/III SENPINF. E, no ano de 2021, foram realizados o V SIPINF, a X JOINPP e o VIII SEPOME.

Nesses cinco eventos, foram localizados 1.405 trabalhos, sob o formato de artigos, sendo divididos da seguinte forma: 850 trabalhos na JOINPP, 173 trabalhos no ENPS, 146 trabalhos no SERPINF, 143 trabalhos no SEPOME e 93 trabalhos no SIPINF. Deste universo, ao fazermos a busca pelos descritores: “ensino remoto e/ou ensino remoto emergencial”, chegamos na amostra que se reduziu - significativamente - para 9 trabalhos, assim distribuídos: JOINPP (6 trabalhos), SIPINF (2 trabalhos) e SERPINF (1 trabalho).

Nos anais do SEPOME se localizou 1 artigo sobre a temática, mas este foi descartado da análise pelo fato de não incluir os descritores nas palavras chave, fator que comprometeria o rigor metodológico da pesquisa. Quanto ao ENPS, foram localizados 214 trabalhos (176 artigos e 38 posterres). Desse total, 33 artigos eram de mesas coordenadas, 123 artigos de comunicações orais e 20 de relatos de experiências. O evento ainda teve dois eixos importantes para trazer o debate sobre o ERE (Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional e o de Educação e Política Social) que, respectivamente, apresentaram 12 e 7 trabalhos em cada eixo. No entanto, mesmo que boa parte dessas produções gravitem sobre a temática do descritor buscado, não foram incluídas na análise pela ausência da referência ao descritor nas palavras-chave dos artigos.

No que se refere à metodologia dos trabalhos, considerando as restrições impostas pela pandemia para a investigação na área, avaliamos que seria fundamental buscar

identificar os caminhos metodológicos adotados. Assim, na amostra pesquisada: 2 artigos fizeram uso da pesquisa documental e bibliográfica; 2 artigos adotaram a pesquisa documental; 2 artigos articularam a pesquisa bibliográfica com a pesquisa empírica; 1 artigo mencionou a opção pela pesquisa empírica; 1 artigo fez uso da pesquisa documental, bibliográfica e empírica e 1 artigo não fez menção ao tipo de metodologia.

Quanto aos procedimentos metodológicos de coleta dos dados nas pesquisas empíricas citadas nos trabalhos que compuseram a amostra, o questionário via Google Forms foi utilizado em 3 artigos, sendo 2 deles dirigidos para estudantes e 1 para estudantes e docentes. A técnica de entrevista foi utilizada 1 vez, através de ambiente virtual, com docentes responsáveis pela coordenação de estágio nos cursos de Serviço Social de suas respectivas universidades. Assim, se constata que a utilização das plataformas de coleta virtual foram as principais estratégias adotadas para manter a coleta com sujeitos, o que certamente requer um debate coletivo acerca dos pontos positivos e negativos do uso das mesmas na pesquisa social.

CONCEPÇÕES E ÊNFASES DAS PRODUÇÕES SOBRE O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NO SERVIÇO SOCIAL

A fim de captarmos as **concepções de ERE** adotadas pelas autoras/es mapeados nos trabalhos, localizamos nos artigos de Maciel *et al.* (2021), Portes *et al.* (2021) e Mendes (2021), o destaque dado para o seu caráter emergencial e temporário, devido ao contexto pandêmico, bem como o uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) para dar conta dos processos de ensino e de aprendizagem que, até então, ocorriam na presencialidade.

Souza e Andrade (2020; 2021) conceituam o ensino remoto, a partir de documento do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), como “atividades síncronas e assíncronas que meramente permitem, sem nenhum apoio pedagógico ou qualquer estrutura adequada, a transposição de aulas presenciais para virtuais” (ANDES, 2020, p. 13, apud SOUZA; ANDRADE, 2020, p. 5), e ainda como “eufemismo utilizado para ocultar a generalização da imposição de formas ainda mais precarizadas e problemáticas de EAD. [...] o ensino remoto nada mais é do que ‘um arremedo de EAD’” (ANDES, 2020, p. 16, apud SOUZA; ANDRADE, 2020, p. 5).

Nesse sentido, Favero e Lima (2020), também relacionam o ensino remoto com a modalidade de Educação à Distância (EAD), para a autora e o autor: “o Ensino Remoto Emergencial é um desdobramento do EAD, o que evidencia a possibilidade de intensificação do trabalho e a precarização da formação diante das desigualdades no acesso às tecnologias

(FAVARO; LIMA, 2021, p. 14)” pontuam que o ensino remoto é um dos elementos presentes na contrarreforma da educação no país.

Ainda sobre a relação entre o ensino remoto e o EAD, Farage (2021), pontua que o primeiro se constitui como uma forma aviltada da segunda modalidade que, conforme a autora, já era precária antes da pandemia. Também destaca que o ensino remoto foi a única possibilidade para a manutenção do ensino no contexto pandêmico.

Já Teixeira e Monnerat (2021), caracterizam o ensino remoto como uma mudança na estrutura do ensino com o rompimento das fronteiras que separavam os espaços de ensino, de trabalho e de moradia. As autoras também destacam a necessidade das condições objetivas e subjetivas para o acesso a essa modalidade, como equipamentos, internet e local apropriado.

Entre os 9 artigos da amostra pesquisada, cabe destacar, que apenas 1 artigo não apresenta a concepção de ERE, ainda que discorra sobre o mesmo e suas configurações. Cientes de que essas concepções se articulam com os fundamentos do Serviço Social para compreender o ERE no contexto pandêmico, é unanimidade que todos os trabalhos se ancoram no campo do Serviço Social crítico para entender o contexto histórico que propiciou a existência do mesmo como alternativa para a manutenção das atividades de educação em todo território brasileiro.

Nesse aspecto, frente ao contexto de expansão da Covid-19, Carmo *et al.* (2021) partem da realidade de 2 UFAS no estado de Minas Gerais (MG) para estruturar a análise do ERE em face da precarização da formação em Serviço Social. A análise das autoras parte da perspectiva de docentes trabalhadoras dessas UFAs que estruturam sua análise concebendo o ERE como uma resposta da burguesia frente à crise estrutural do capital ancorada no neoliberalismo, na reestruturação produtiva e sua financeirização. Para as autoras:

Essas condições e a imposição do ensino remoto na formação em Serviço Social, colocam entraves ainda maiores na atuação profissional ancorada na perspectiva do projeto ético político. Ao precarizar o trabalho docente, as condições de ensino e aprendizagem dos alunos, automaticamente, se fragiliza o trabalho profissional de assistentes sociais que é disputado, constantemente, por uma perspectiva acrítica, sobrecarregada e de viés flexível aos modos toyotistas de produção. Ainda que esse seja o formato possível nessa fase de pandemia, para manutenção de vínculo com os estudantes e a construção, minimamente, de espaços de discussão coletiva, a experiência remota tem representado a vivência de um formato de ensino precarizado e aligeirado. E, ainda, tem sinalizado para possibilidades de efetivação como regra, ao invés de exceção e, já apresentando os dilemas em relação aos impactos negativos para a formação e trabalho profissional (CARMO *et al.*, 2021, p. 15.).

Por sua vez, Farage (2021) segue na linha do pensamento crítico situando o ERE como regressão social e destaca os seus impactos na universidade pública, a partir do projeto neoliberal, associado a uma refuncionalização do Estado em consonância com o projeto do capital para a educação superior pública. A autora é enfática ao afirmar que:

Vale ressaltar que a crise pandêmica alia-se ou mesmo é originada na própria crise orgânica capitalista que, entre outras coisas, trata de forma devastadora a apropriação da natureza, dada a necessidade de acumulação. Se já era evidente na atual fase do capitalismo monopolista, de acumulação flexível com predomínio do capital financeiro, a necessidade de reconfiguração das funções do Estado, com impactos no conjunto das políticas públicas, a expansão da pandemia explicitou a absoluta necessidade de configurar a vida humana em subsunção real aos preceitos e demandas do capital de acumulação e centralização de lucros (FARAGE, 2021, p. 3).

Nesta mesma direção, pode-se destacar a incidência da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) na apreensão da realidade vivenciada pela categoria profissional neste cenário pandêmico. Dos 9 artigos, 6 destes se fundamentam em documentos elaborados pela entidade, como verificado em Favaro e Lima (2021), Teixeira e Monnerat (2021), Portes *et al.*(2021), Souza e Andrade (2021; 2020) e Maciel *et al.* (2021).

Destaca-se que essa entidade compreende em seu núcleo duro dos fundamentos do Serviço Social, em especial no eixo de nucleação sobre formação sócio-histórica do Brasil a apreensão crítica da realidade considerando que:

Os padrões de produção capitalista, em seus vários modelos de gestão e organização do processo de trabalho e todas as suas implicações nas condições materiais e espirituais da força de trabalho; e, ainda, o acompanhamento das profundas mudanças dos padrões produtivos e de acumulação capitalistas, criando uma nova configuração do “mundo do trabalho (ABEPSS, 1996, p. 11).

Essa orientação norteou um estudo sobre a “*A formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial*” (ABEPSS, 2021) que, também, foi identificado nas exposições apresentadas pelas autorias dos artigos mapeados, seguido de outros documentos da entidade, bem como um conjunto de notas e *lives* que demarcam a posição da mesma na defesa de uma formação crítica para o Serviço Social frente às adversidades da pandemia.

Outro elemento fundamental que apareceu nas discussões empreendidas pelas autoras e autores dos artigos foram os pareceres, as portarias, as leis e os decretos que viabilizaram a efetivação do ERE em todos os níveis educacionais no Brasil. Ao mesmo tempo que essas regulamentações resguardavam as atividades de ensino, muitas vezes de forma conflituosa frente o contexto sanitário que o país vivenciou no ápice da pandemia (o país chegou a amargar mais de 4.000 óbitos em apenas um dia⁴), em contraposição, entidades como ABEPSS, ANDES e ANDIFES mantiveram-se firmes nos embates necessários para preservar o máximo de vidas possível mediante a situação de calamidade pública vivenciada.

⁴ No auge da pandemia o país chegou a passar, por semanas, com média diária de óbitos acima de duas mil vítimas de Covid-19, conforme ilustrado por notícia veiculada pela Folha de São Paulo em abril de 2021, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/04/brasil-ultrapassa-4000-mortos-por-covid-em-um-so-dia-numero-dobrou-em-menos-de-um-mes.shtml>. Acesso em 13 de maio de 2022.

Há um consenso, em todos os artigos analisados, no que diz respeito às limitações impostas pelo ERE para a educação, assim como as suas reverberações para a formação em diversos cantos do país. Se verifica diversas sinalizações de que o ERE acarreta prejuízos que podem ser irreversíveis para as áreas educacionais, em especial, a formação em Serviço Social, em que pese o temor acerca dessa condição emergencial vir a se tornar regra, acentuando as condições formativas adversas na área, que precedem o contexto pandêmico vivenciado a partir de 2020.

Acerca das ênfases dada pelos artigos mapeados na abordagem do ERE, passamos a elencar as mesmas, sinalizando a primeira que se refere às **estratégias e o monitoramento** adotado pelas UFAS no ERE, sendo que 3 dos 9 artigos se dedicaram a essa ênfase. Um deles, a partir da realidade de um curso público do centro-oeste do país, registra que essa adesão não ocorreu de modo passivo, pois os autores refletiram sobre a preocupação na adoção dessa modalidade concluindo que:

As discussões referentes ao ERE devem ir além das ações desenvolvidas pela instituição: o acesso aos equipamentos tecnológicos e a uma rede de internet que contemple os diversos enfrentamentos dos estudantes diante da impossibilidade de acesso a essa tecnologia; as dificuldades pedagógicas impostas pelo ERE e o risco de precarização e aligeiramento da formação; o acesso à assistência estudantil diante dos cortes no orçamento do Pnaes; e o adoecimento físico e mental tensionado por desafios pessoais e acadêmicos. ensino diante das condições objetivas de acesso dos estudantes (FAVARO e LIMA, 2021, p. 14).

O segundo artigo, teve como campo de análise a realidade de uma universidade pública estadual do sul do país, onde foi feita uma pesquisa empírica com docentes e estudantes, em que se confirmou a posição contrária desses sujeitos na adoção do ERE e concluiu que:

Os dados obtidos por meio do monitoramento do ERE no Curso de Graduação em Serviço Social da UEL, agregam argumentos que auxiliam na contraposição de falas em defesa dessa modalidade no interior das universidades públicas, demonstrando que a única justificativa para seu uso é a manutenção da vida em situações limites como a em curso. Reforçam também, a luta histórica da categoria profissional de assistentes sociais, a qual os docentes do curso de Serviço Social da UEL se alinham, na crítica ao ensino por meio exclusivo de tecnologias e até mesmo à redução do potencial universitário ao ensino. Reflete-se assim, que não há ganhos nesse processo e que o retorno presencial deve ser defendido tão logo seja possível (PORTES *et al.*, 2021, p. 13).

A ênfase relacionada com as **políticas de assistência estudantil e as condições de acesso/permanência dos estudantes** ao ERE foram problematizadas em 2 artigos. Um deles subsidiado por uma pesquisa com estudantes, numa instituição pública do sudeste que empreendeu as seguintes críticas:

A complexidade das condições de acesso e permanência no regime do ERE, cujas consequências para o processo ensino aprendizagem e equidade do acesso à universidade pública ainda precisam ser dimensionadas. Esse estudo demonstra a relevância dos programas de assistência estudantil implantados pela UERJ no cenário

da pandemia, não obstante, sinaliza que os determinantes das condições de acesso ao ERE são multifacetados, extrapolando as demandas por equipamentos e acesso à internet, para as quais os programas de assistência estudantil são direcionados (TEIXEIRA e MONNERAT, 2021, p. 1).

O outro artigo, desta ênfase, compartilha pesquisa feita com estudantes de uma universidade pública do norte do país que explicita o sentimento contraditório de preparo destes para a adesão ao ERE, ao constatar que os mesmos enfrentam alguns desafios, tais como: falta de recursos tecnológicos e internet de qualidade, baixa capacidade para manusear os recursos digitais que impactam diretamente na concentração das aulas remotas, carecendo de uma educação on-line de qualidade (MENDES, 2021).

A ênfase dada ao **estágio supervisionado** no contexto pandêmico foi observada em 2 artigos, elaborados pelas mesmas autoras, um em 2020 e o outro em 2021. O primeiro trabalho, de natureza bibliográfica e documental, “se propõe a debater o estágio supervisionado em Serviço Social em meio à pandemia da COVID-19 e os dilemas para sua materialização em tempos de ensino remoto” (SOUZA; ANDRADE, 2020, p. 2). Nele, as autoras demonstram preocupação que o ERE fortaleça o EAD e as suas repercussões na prática de estágio supervisionado, tendo como consequência a fragilização na formação, visto que destoam da concepção de estágio presente nos documentos que norteiam a sua prática no âmbito do Serviço Social, tais como as Diretrizes Curriculares de 1996 e a Política Nacional de Estágios de 2010 formuladas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (SOUZA; ANDRADE, 2020).

Outro ponto elencado é a disparidade observada entre as universidades públicas e as privadas no estabelecimento do ERE e os seus reflexos no estágio supervisionado:

Em algumas universidades, sobretudo públicas, os estágios foram suspensos, como orientado pela ABEPSS; em outras houve a conclusão do semestre com complementação de horas em projetos de extensão e pesquisa, sendo esta última nem prevista na PNE como espaço para a realização de estágio. (SOUZA; ANDRADE, 2020, p. 8).

Sobre esse aspecto, as autoras pontuam que é uma discussão presente e sem consenso entre as partes que compõem a tríade do estágio: estudantes, supervisão acadêmica e de campo, cada uma vivenciando um universo de mudanças, inseguranças, contradições e imposições que a realidade apresenta (SOUZA; ANDRADE, 2020).

Já no segundo artigo que, além da pesquisa bibliográfica e documental, envolveu pesquisa empírica, as autoras se debruçaram sobre os desafios presentes no processo de formação, com ênfase para o estágio no contexto pandêmico. Sobre esses desafios, as autoras destacam: a desigualdade tecnológica existente no Brasil; a verticalização na tomada de decisões pelas UFAs; as pressões dos campos de estágio para a retomada do mesmo; o comprometimento da supervisão direta de estágio preconizada pelo Conselho Federal de

Serviço Social com o estabelecimento do estágio remoto, dentre outros (SOUZA; ANDRADE, 2021).

A realização de entrevistas com a coordenação de estágios da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) permitiu às autoras aprofundarem os aspectos apresentados no artigo anterior, no que tange às particularidades vivenciadas nas universidades públicas e privadas. Um exemplo disso, após a suspensão inicial das atividades de estágio, a PUCRS migrou para a modalidade de estágio remoto em meados de abril de 2020, enquanto na UFAM só foi possível no final de março de 2021, devido às pressões de estudantes que demandaram a continuidade da sua formação (SOUZA; ANDRADE, 2021).

Diante do exposto, a PUCRS e a UFAM procuraram tomar as suas decisões e as medidas que atendiam suas realidades, baseadas nos decretos promulgados, e inovando ao mesmo tempo, com muito diálogo entre os participantes da tríade do estágio, que foram construindo essa parte da história do Serviço Social na pandemia. Ambas as IES procuraram trilhas para contornar as sequelas proporcionadas pela Covid-19. (SOUZA; ANDRADE, 2021, p. 9).

Um artigo se debruça sobre a ênfase dada a **posição das entidades sobre o ERE** com relação à adoção do mesmo no âmbito do Serviço Social, de modo que as autoras concluem que documentos produzidos são fundamentais, pois orientam, promovem a reflexão e crítica, já que: “se colocaram como instrumentos de luta das categorias profissionais, revelando o seu compromisso com a educação de qualidade e a preocupação com os rumos futuros do ensino superior no Brasil” (MACIEL *et al.*, 2021, p. 1).

No que se refere à ênfase dada aos **desafios para a formação na modalidade do ERE**, o trabalho de Carmo *et al.* (2021), discorre sobre a realidade vivenciada nos cursos de Serviço Social na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e na Universidade Federal de Viçosa (UFV), ambas no estado de Minas Gerais. Além de ilustrar a realidade pandêmica no ensino, o artigo faz pertinentes mediações com as configurações do modo de produção capitalista, destacando a subordinação da educação às imposições do capital, e a consequente precarização do trabalho docente e do aprendizado discente.

Nesta Pandemia, a política de educação foi fortemente atingida tanto pela adesão ao ensino remoto, modalidade amplamente analisada e criticada pelo serviço social há mais de quinze anos, e suas perdas para formação quanto pelo efeito que a suspensão das aulas tem para os estudantes que foram afetados de forma significativa por tais medidas. Além de toda a apreensão pela doença e seus efeitos na perda de renda de grande parte das famílias, a suspensão das aulas nas universidades, a incorporação do ensino remoto, a suspensão de planos e perspectivas de conclusão de curso tornaram-se gatilhos para o adoecimento dos discentes (CARMO *et al.*, 2021, p. 8).

Sobre a UFV, inicialmente a opção do corpo docente, foi de não oferecer disciplinas na modalidade remota, como estratégia de resistência ao formato precarizado do ensino. Entretanto houve a obrigatoriedade do oferecimento de uma disciplina, tendo sido ministrada

por docente substituto, que do contrário, teria seu vínculo de trabalho encerrado. Situação semelhante na UFOP que, mesmo contrariada, teve de ceder às requisições institucionais, “seja pelo receio da evasão, pela pressão dos discentes (muitos, distantes de suas casas) que não mais viam no horizonte a sua formação e entrada no mercado, ou ainda pela ameaça de corte de salários” (CARMO *et al.*, 2021, p. 10).

Diante desse contexto, o autor e as autoras demonstram uma série de preocupações com o que se seguirá no período pós pandemia no que tange ao ensino superior, de mais ataques a classe trabalhadora que se demonstra antagônica às imposições do capital, como foi o caso da categoria docente; a efetivação do ensino remoto e as repercussões negativas que tal conjuntura representará para a formação e o trabalho profissional (CARMO *et al.*, 2021).

A ênfase dada para o ***ERE e sua relação com a contrarreforma da educação superior*** no Brasil é composta por uma produção. Nesta, a autora trata da educação superior pública mediada com as configurações da sociedade capitalista, no acirramento dos processos dela decorrentes em razão do contexto pandêmico, uma vez que, “a expansão da pandemia explicitou a absoluta necessidade de configurar a vida humana em subsunção real aos preceitos e demandas do capital de acumulação e centralização de lucros” (FARAGE, 2021, p. 3).

Em se tratando da educação superior pública, tal panorama já era observado no enxugamento sistemático que a política de educação vinha sofrendo nos últimos anos, bem como nos processos de mercantilização, pois:

[...] a educação superior pública, hoje, deve ser compreendida entre a pressão, por um lado, de uma educação mercantilizada, pautada na certificação em larga escala, prioritariamente privada, com a manutenção de pequenos centros de referência – esses públicos – para a produção técnica do conhecimento; e, por outro lado, pelas demandas de um mercado de trabalho absolutamente em transformação, precarizado, uberizado e mediado pela tecnologia, seja na produção e execução presencial, seja no trabalho remoto. (FARAGE, 2021, p. 5).

A autora destaca que a ascensão e imposição do ERE, gerou uma série de impactos, por um lado, o da classe trabalhadora: adoecimento de docentes; incorporação de tarefas administrativas ao trabalho docente; sobrecarga de trabalho; fim da divisão entre o espaço de trabalho e o espaço da vida privada; dentre outros. Já por outro lado, o das requisições do capital, houve: diminuição dos gastos com a estrutura das instituições de ensino; fundo público destinado a empresas privadas de comunicação para mediar o ERE; argumentos para a aplicação de ensino híbrido no pós pandemia; propagação do modelo de ensino remoto (FARAGE, 2021).

Assim, articulando alguns dos efeitos gerados por esse processo e considerando as contrarreformas que já haviam sido realizadas de retirada de direitos do funcionalismo público e de precarização da educação presencial, forja-se uma desestruturação por dentro da educação superior pública, que acaba por alterar a forma ser-essência da educação, que se pretende dialógica, coletiva e crítica (FARAGE, 2021, p. 9).

Dado esse cenário, a autora argumenta que é possível alterar os caminhos que estão sendo trilhados, mas que será necessária uma ampla mobilização da classe trabalhadora para a construção de uma frente única que incite a compreensão da educação enquanto bem comum, conquistado historicamente, e que deve ser defendida para fins da sua manutenção e garantia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo nos debruçamos sobre as produções contidas em anais de eventos do Serviço Social brasileiro, realizados nos anos de 2020 e 2021 no formato remoto, que convocaram a categoria para o debate sobre a pandemia nas suas múltiplas conformações na esfera da formação e do trabalho profissional. No entanto, ao fazermos a busca por produções que utilizaram os descritores ensino remoto/ensino remoto emergencial, nos deparamos com uma amostra incipiente, se comparada a totalidade das produções contidas nas fontes pesquisadas, evidenciando a escassez de problematizações acerca do mesmo ou a sua não inclusão como palavra-chave, o que limita o trabalho de pesquisa.

Apesar dessa limitação, os trabalhos mapeados e problematizados sinalizam para a perspectiva crítica adotada no debate sobre essa modalidade de ensino, além disso, contornaram as limitações impostas pela pandemia, fazendo uso de recursos metodológicos virtuais para dar continuidade à pesquisa empírica, ainda que, por razões óbvias, a maioria dos trabalhos seja do tipo bibliográfico ou documental.

Identificamos, ainda, a riqueza de ênfases dadas ao debate sobre o ERE, de modo a sinalizar a multiplicidade de recortes e a complexidade na sua abordagem que, na sua totalidade, constituem em importantes subsídios para a área. Se destaca, por fim, que as contribuições das entidades representativas do Serviço Social e da representação nacional dos/as trabalhadores/as docentes ancorou, fortemente, as reflexões contidas nos trabalhos, o que traduz que os seus documentos foram fontes fecundas para essas produções de conhecimento.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**, Rio de Janeiro, 1996. Disponível em:

https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 13 maio 2022.

_____. **Formação Graduada em Serviço Social e o ERE**. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210611_formacao-em-servico-social-e-o-ensino-remoto-emergencial-202106141344485082480.pdf. Acesso em: 09 maio 2022.

CARMO, Roberto Coelho do; RIBEIRO, Alessandra Souza; TOSTA, Kesia Silva; CARVALHO, Mariana Costa. A PRECARIZAÇÃO DA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA UFOP E UFV NA PANDEMIA. In: **Anais da X Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís:UFMA, 2021. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaold_626_6266113_d68be34ad.pdf. Acesso em: 04 maio 2022.

FARAGE, Eblin Joseph. EDUCAÇÃO SUPERIOR E A PANDEMIA: o ensino remoto emergencial, a regressão social e os impactos na Universidade pública. In: **Anais da X Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís:UFMA, 2021. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaold_1152_1152612ead988eea4.pdf. Acesso em: 04 maio 2022.

FAVARO, Tereza Cristina Pires; LIMA, Joel Santo. ENSINO SUPERIOR NOS TEMPOS DA PANDEMIA E DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL (ERE): nosso suor sagrado é bem mais belo que esse sangue Amargo. In: **Anais da X Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP)**. São Luís:UFMA, 2021. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaold_525_525611f_9fa01744b.pdf. Acesso em: 04 maio 2022.

MACIEL, Ana Lúcia Suárez; CORVALAN, Jenifer Brites; AZEVEDO, Vanessa L. S. de. PANDEMIA E ENSINO REMOTO EMERGENCIAL: REPERCUSSÕES NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL. In: **Anais do V Seminário internacional de políticas públicas, intersetorialidade e família** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/sipinf/assets/edicoes/2021/comp-lista-artigos.html>. Acesso em: 04 maio 2022

MENDES, Débora Suzane Gomes. ENSINO REMOTO EMERGENCIAL (ERE) E AS DEMANDAS DO PRESENTE: desafios e possibilidades para a educação on-line. In: **Anais da X Jornada Internacional de Políticas Públicas** São Luís: UFMA, 2021. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaold_1424_1424612f1267d5730.pdf. Acesso em: 04 maio 2022.

PORTES, Lorena Ferreira; PORTES, Melissa Ferreira; FAQUIN, Evelyn Secco. ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NA CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: o que os dados nos dizem? In: **Anais da X Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís:UFMA, 2021. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaold_722_722612e7af9d9252.pdf. Acesso em: 04 maio 2022.

SOUSA, Vivianne Batista Riker de; ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de. A TEMPESTADE DA COVID-19: o estágio supervisionado em serviço social em tempos de pandemia. In: **Anais do V SERPINF - Seminário Regional de Políticas Públicas, Intersectorialidade e Família, III SENPINF - Seminário Nacional de Políticas Públicas, Intersectorialidade e Família: inflexões da pandemia covid 19 na vida, nas políticas públicas e no trabalho** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/serpinf-senpinf/assets/edicoes/2020/comp-list-docs.html>. Acesso em: 04 maio 2022.

SOUSA, Vivianne Batista Riker de; ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de. PANDEMIA E ESTÁGIO REMOTO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL. In: **Anais do V Seminário internacional de políticas públicas, intersectorialidade e família**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/sipinf/assets/edicoes/2021/comp-lista-artigos.html>. Acesso em: 04 maio 2022

TEIXEIRA, Larissa Cardozo; MONNERAT, Giselle Lavinias. DESAFIOS PARA O ACESSO AO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL: uma análise a partir da experiência de monitoria da UERJ. In: **Anais da X Jornada Internacional de Políticas Públicas** São Luís:UFMA, 2021. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaold_1097_1097612ea85d468ef.pdf. Acesso em: 04 maio 2022.